



Embrapa Pesca e Aquicultura

## EDITAL

Nº 15/2020-CNPASA/SPS

<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA</b> <b>EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa</b> <b>REGISTRO DE PREÇOS</b> <b>Pregão Eletrônico - Embrapa nº 010/2020</b>			
<b>OBJETO:</b> Registro de Preço para eventual aquisição de materiais de Proteção e Segurança (EPI).		<b>MODO DE DISPUTA:</b>	
<b>Critério de Julgamento:</b> <b>(X) Menor Preço</b> <b>( ) Maior Percentual de Desconto</b>		<b>( )</b> ABERTO <b>( x )</b> ABERTO E FECHADO	
Data de Abertura: 11/09/2020 às 09:00, sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>			
Valor total estimado: R\$ 139.590,94 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e noventa reais e noventa e quatro centavos)			
<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento de Contratação</b>	<b>Forma de Adjucação</b>	<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>
Sim ( ) Não (X)	Ordem de Compras e Serviço (X) Minuta Contratual ( )	Por item (X) Por Lotes ( ) Preço Global ( )	<b>Requisitos Básicos:</b> - SicaF ou documentos equivalentes - Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Certidão do Portal da Transparência Regularidade INSS - Demais (Veja Termo de Referência)*
<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra/Dem.?</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010?</b>
Sim ( ) Não (X)	Sim ( ) Não (X)	Sim (X) Não ( )	Sim ( ) Não (X)
<b>Pedidos de Esclarecimentos</b>			<b>Impugnações</b>
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço <a href="mailto:cnpsa.licitacao@embrapa.br">cnpsa.licitacao@embrapa.br</a>			Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço <a href="mailto:cnpsa.licitacao@embrapa.br">cnpsa.licitacao@embrapa.br</a>
<b>Observações Gerais:</b>			

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: Pesca e Aquicultura, sediado(a) no Prolongamento da Avenida NS 10, cruzamento com a Avenida LO 18, sentido norte, Loteamento Água Fria, Palmas-TO, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e as exigências estabelecidas neste Edital.

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**1.9. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.**

## 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de Proteção e Segurança (EPI), de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, desde que aplicada pela Embrapa;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme ocaso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

a) Será admitida (X).

b) Não será admitida (\_\_\_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. A participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Será admitida (\_\_\_).

b) Não será admitida (X), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.11. Este pregão é de âmbito nacional.

3.12. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.12.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.12.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.12.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.12.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.12.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.12.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.12.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.12.8. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

## 4. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Os licitante declararão, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

- 4.6.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas Decreto nº 10.024/2019, em especial a penalidade prevista no inciso IX, de seu artigo 49.
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta, na forma do Capítulo IX do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.11. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:
- 4.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);
- 4.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.11.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 4.11.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 4.11.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.11.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme exigências descritas no Termo de Referência.
- 4.11.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;
- 4.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver;
- 4.13. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:
- a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o fornecimento do objeto da presente licitação (art. 58, II da Lei 13.303/2016 - havendo parcela de relevância a ser destacada. Não havendo parcela de relevância a comprovação se dará com relação à boa execução do objeto anteriormente);
- b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- 4.14. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.
- 4.15. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;
- 4.16. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 4.17. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.
- 4.18. Para demonstração da Qualificação Econômica Financeira, será exigida a seguinte documentação:
- 4.18.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 4.18.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 4.18.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 4.18.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 4.18.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 4.18.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 4.18.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 ( um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.18.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (definição conforme artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018)

4.18.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) [o percentual a ser fixado não poderá exceder a 5% do valor da contratação, salvo para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros, quando o percentual poderá ser de até 10% do valor da contratação], podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

- 4.19. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.
- 4.20. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;
- 4.21. Para aplicação do disposto no item 4.20, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;
- 4.22. A prorrogação do prazo constante do item 4.20 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.
- 4.23. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 4.24. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.
- 4.25. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:
- prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
  - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- Valor unitário e total;
  - Fabricante, se for o caso;
  - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
- 5.3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.
- 5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

## 6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com as regras deste edital deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 6.12. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

- 6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:
- 6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 10% (dez por cento).
- 6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.23. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, na forma do §3º do artigo 32 de Decreto 10.024/2019.

### Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

- 6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:
- 6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.28. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.29. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.30. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

#### **Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte**

6.31. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) se a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exercer o direito de preferência, deverão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.32. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.32., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.33. O procedimento previsto no subitem 6.32. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.32.

6.34. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.32. e 6.33., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.35. O disposto no subitem 6.33. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.36. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará em até 2 (duas) horas, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema Comprasnet ou, em caso de problemas de comunicação na rede e de forma motivada pelo licitante, no e-mail [cnpasa.licitacao@embrapa.br](mailto:cnpasa.licitacao@embrapa.br), a PROPOSTA FORMAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.36.1. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.36.2. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

#### **Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991**

6.37. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.38. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.39. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

6.40. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.41. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

#### **Critério de Desempate**

6.42. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.43. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 6.43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.44. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

#### **7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA**

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

7.2. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

7.3. Se depois de adotada a providência referida no item 7.1.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

#### **Do julgamento da proposta**

7.4. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.6. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.7. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.8. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados para tanto, tais como:

a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

b) Solicitar informações junto às Secretarias de Trabalho e de Previdência, do Ministério da Economia;

c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.9. Qualquer licitante poderá requerer, motivadamente, que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.29. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.32. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

## 8 Habilitação

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados nos termos do disposto no art. 26, do Decreto 10.024/2019.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

- 8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 8.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 h (duas) horas, nos termos do § 2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019.
- 8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 9. RECURSOS

- 9.1. Declarado o vencedor do pregão durante a sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando deverá ser concedido a ele o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso a contar da disponibilização da decisão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que devem começar a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput** do art. 44 do Decreto 10.024/2019, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.3. Apresentadas as razões e contrarrazões, o pregoeiro disporá de 5 (cinco) dias úteis, para decisão.
- 9.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

## 10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 10.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 10.6. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17 do Decreto 10.024/2019.
- 11.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13 do Decreto 10.024/2019.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (dias) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 12.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceite.
- 12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
- 12.6. A assinatura da Ata de Registro de Preços com os licitantes que integram o cadastro de reserva depende de prévia verificação de aceitabilidade da sua proposta, além de análise dos seus documentos de habilitação, o que deverá ser realizado pelo gestor da ata.
- 12.7. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, produtos ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
- 12.8. Todas as disposições sobre a ata estão previstas na minuta da Ata de Registro de Preços, documento anexado ao Edital.
- 12.9. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.
- 12.10. A adesão à Ata de Registro de Preços derivada do presente procedimento licitatório, por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal:
- a) (X) Será permitida, conforme justificativa e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, observado, sempre, o limite estabelecido no § 3º do artigo 22 do Decreto 7.892/2013.
- b) ( ) Não será permitida.
- 12.11. A ausência de justificativa no processo licitatório sobre a permissão de adesão no presente Edital ou a ausência de estimativa dos quantitativos passíveis de adesão, previstas no item "a" do item 12.10, impedirão a operacionalização de adesão. (Acórdão TCU 1297/2015-Plenário, Acórdão TCU 2037/2019-Plenário e Acórdão TCU 855/2013-Plenário)
- 12.12. Em qualquer caso, não será admitida adesão aos serviços de tecnologia da informação constantes da Ata, nos termos do § 10 do artigo 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, salvo na hipótese prevista no § 11, do mesmo dispositivo regulamentar, a critério da Embrapa.
- 12.13. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços e o edital permitir essa utilização, deverão consultar a Embrapa para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 12.14. A Embrapa somente autorizará a adesão mediante a apresentação de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, nos termos do § 1º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013.
- 12.14.1. O estudo, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo federal.
- 12.15. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

## 13. ERROS OU FALHAS

- 13.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e

classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

13.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

#### 14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

14.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

14.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

14.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

#### 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(X) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(\_\_ ) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

#### 16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.2. Havendo recusa de assinatura do Contrato ou recebimento da Ordem de Compra e Serviços - OCS, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes registrados no cadastro reserva, para adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

#### 17. PENALIDADES

17.1. Aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2. O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;

b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

c) apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

d) comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

e) fizer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

f) cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta.

17.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.4. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

17.5. A aplicação das penalidades acima referidas correrão em processo administrativo devidamente autuado conforme a Lei, o qual poderá iniciar-se de ofício ou a pedido de qualquer interessado.

17.6. Será dada vista dos autos à parte interessada, o qual terá direito de obter cópias de documentos nele contidos e conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

17.7. A aplicação das penalidades ocorrerá após apresentação defesa pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato (Lei nº 13.303/2016, art. 83, § 2º e item 11.1.2.3 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa), momento em que lhe será facultado formular alegações, apresentar documentos, bem como produzir provas.

17.8. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo interessado quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

17.9. O interessado será intimado de prova ou diligência ordenada, com antecedência de 3 (três) dias úteis da sua realização.

17.10. Ultrapassada as fases do item 17.7, caberá ao Chefe Adjunto de Administração da Unidade o acolhimento ou não da defesa apresentada, devendo proferir decisão com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

17.11. O interessado será intimado da decisão, por intermédio de seu preposto ou, alternativamente, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento ou, ainda, por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

17.11.1. No caso de desconhecimento ou de domicílio/sede indefinido, a intimação será efetuada por meio de publicação Diário Oficial da União.

17.12. Da decisão administrativa cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação do ato (item 12.1. do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

17.13. Poderá o interessado, quando a interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

17.14. O recurso interposto não terá efeito suspensivo. No entanto, havendo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

17.15. Interposto o recurso, o Chefe Adjunto de Administração intimará os demais interessados, se for o caso, para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, apresentem alegações.

17.16. O recurso será dirigido ao Chefe Adjunto de Administração, o qual, se não reconsiderar sua decisão, o encaminhará ao Chefe Geral.

17.17. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

17.17.1. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

17.18. A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

17.18.1. Se da aplicação do disposto no item 17.17 puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

17.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

17.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

17.21. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

17.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

17.23. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

#### 18. ATOS LESIVOS À Embrapa

18.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

18.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

18.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

18.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

18.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

18.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

18.7. A publicação a que se refere o item 18.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

18.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

18.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº. 8.420, de 18 de março de 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto nº. 8.420/2015.

18.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

18.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

## 19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

19.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

19.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

19.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

19.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

19.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

19.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa.

19.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

19.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

19.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

19.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

19.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

20.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

20.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da lei 13.303/2016.

20.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

20.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de Palmas (TO), com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

20.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA – Planilha de Preços;
- c) ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- c) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO;
- d) ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO.

Palmas-TO, 21 de agosto de 2020

Rogério Almirão Sobreira  
Chefe Adjunto de Administração

Luciano do Carmo Rocha  
Supervisor do Setor de Patrimônio e Suprimentos

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência trata de registro de preço para eventual Aquisição de materiais de Proteção e Segurança (EPI), destinados a Embrapa Pesca e Aquicultura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Somente serão aceitos itens novos, de qualidade comprovada, que atendam às normas da ABNT pertinentes.

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A execução mediante o regime de REGISTRO DE PREÇO na modalidade de licitação PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor PREÇO POR ITEM para eventual aquisição materiais de proteção individual, visa atender a necessidade de proteção e segurança dos trabalhadores da Embrapa Pesca e Aquicultura nos trabalhos inerentes as atividades de apoio e de pesquisa.

2.2. Em consonância ao Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (037.011.003.001), o objetivo deste Termo é selecionar a proposta mais vantajosa para a Embrapa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, evitando operações em que se caracterizem sobrepreço ou superfaturamento.

2.3. Considerando o Art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, justifica-se a adoção do Sistema Registro de Preços – SRP pelas seguintes hipóteses:

a) devido à necessidade de contratações frequentes;

b) devido ser conveniente a contratação do objeto com previsão de entregas parceladas, evitando, em alguns casos, a formação de estoque na Embrapa, comprando materiais com prazos de validade mais extensos e otimizando o espaço de armazenamento.

## 3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado da licitação é de R\$139.590,94 (cento e trinta e nove, quinhentos e noventa reais e noventa e quatro centavos), conforme disposto no item 5.

## 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com o objeto a ser contratado correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento da União, na Natureza de Despesa (ND) 339030.

## 5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (DESCRIÇÃO DETALHADA)

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	CATMAT	Valor Unitário (RS)	Valor Total Estimado (RS)
1	10	Par	Assento para Filtros 3M™ 603	290967	30,00	300,00
2	20	PEÇA	Avental de segurança confeccionado em tecido sintético (pvc forrado), revestido de PVC amarelo em uma face. O avental possui três tiras do mesmo material soldadas eletronicamente, utilizadas para ajuste ao usuário. Ref.: av-pvc-tr 1,00x0,60 (altura total 1005mm; largura total, 600mm); av-pvc-tr 1,20x0,60 (altura total 1205mm; largura total, 605mm); av-pvc-tr 1,00x0,60 (altura total 1210mm; largura total, 700mm) A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. TAMANHOS: P- 5 UNIDADES; M-10 UNIDADES; G- 5 UNIDADES.	458188	5,85	117,00
3	15	PEÇA	Avental de Segurança confeccionado em tecido sintético revestido em PVC branco em uma face, com ilhoses para fixação das tiras em pvc para ajuste. Ref.: mk - av 02. A empresa deverá informa o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. TAMANHOS: P- 5 UNIDADES; M- 5 UNIDADES; G-5 UNIDADES.	272161	5,34	80,10
4	60	PEÇA	Boné Tipo Touca Árabe, Capuz de segurança com aba confeccionado em malha dupla de poliéster (helanca), aba em polipropileno com revestimento em helanca, elástico na nuca, fechamento frontal através de velcro, modelo árabe. A empresa deverá informa o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. Cor: Bege.	415527	36,67	2200,20
5	70	PEÇA	Boné Tipo Touca Árabe, Capuz de segurança com aba confeccionado em malha dupla de poliéster (helanca), aba em polipropileno com revestimento em helanca, elástico na nuca, fechamento frontal através de velcro, modelo árabe. A empresa deverá informa o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. Cor: Azul.	415527	36,67	2566,90
6	30	PAR	Bota de Mergulho – Neoprene 3 mm, montagem colada/costurada. Material: Espuma 100% Neoprene, Forro 100% Poliamida, Sola e reforços 100% borracha sintética. A empresa deverá informa o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.  TAMANHOS: Nº 05- 4 UNIDADES Nº 10- 5 UNIDADES. Nº 06- 3 UNIDADES Nº 11- 5 UNIDADES. Nº 07- 5 UNIDADES Nº 12- 3 UNIDADES. Nº 09- 5 UNIDADES.	452912	176,00	5280,00

7	25	PAR	<p>Botina de Segurança, em vaqueta hidrofugada curtida ao cromo, COR PRETA bico de aço com espessura de 1,8 a 2,2 mm; Biqueira true-line ( reforço interno extra em couro ); gáspea forrada com raspa macia; cano de no mínimo 113mm acolchoado; Fechamento lateral com elástico ( sem cadarço ) resistente e reforçado interno nas laterais, protegido por tiras de couro costuradas sobre o mesmo; Contraforte resinado termoconformado com espessura mínima de 1,5mm. Costuras duplas de algodão e nylon e sem componentes metálicos; Palmilha antimicrobiana 100% em poliéster; solado antiderrapante em poliuretano (PU) bidensidade, injetado diretamente no cabedal. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.</p> <p>TAMANHOS: Nº 35- 8 UNIDADES                      Nº 36- 8 UNIDADES. Nº 38- 5 UNIDADES                      Nº 39- 4 UNIDADES.</p>	459720	71,68	1792,00
8	30	PAR	<p>Bota. Tipo: bota de PVC injetado, impermeável, resistente à abrasão, cano longo. Tipo sete léguas. . A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. Cor: branca.</p> <p>TAMANHOS: Nº 34- 5 UNIDADES                      Nº 38- 4 UNIDADES Nº 35- 5 UNIDADES                      Nº 39- 6 UNIDADES Nº 36- 5 UNIDADES                      Nº 37- 5 UNIDADES</p>	464769	39,58	1187,40
9	30	PAR	<p>Bota. Tipo: bota de PVC injetado, impermeável, resistente à abrasão, cano longo. Tipo sete léguas. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. Cor: PRETA.</p> <p>TAMANHOS: Nº 34 – 3 UNIDADES Nº 35- 3 UNIDADES Nº 36- 4 UNIDADES Nº 37- 5 UNIDADES Nº 38- 5 UNIDADES Nº 39- 5 UNIDADES Nº 40- 3 UNIDADES Nº 43- 2 UNIDADES</p>	459894	26,01	780,30
10	40	PAR	<p>Botina Campo Contraforte com cabedal confeccionado em couro nobuck, forro em material têxtil, palmilha de montagem em material não tecido, fixada pelo sistema strobel, lingueta tipo morcego em material dupla frontura, solado a base de PU (Poliuretano) bidensidade, antiderrapante e resistente a óleo, com bico de PVC. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.</p> <p>Cor: Verde</p> <p>Tamanho: 37- 5 UNIDADES 38- 5 UNIDADES 39- 5 UNIDADES 40- 5 UNIDADES 41- 5 UNIDADES 42- 5 UNIDADES 43- 5 UNIDADES 44- 5 UNIDADES</p>	408609	120,24	4.809,60
11	10	PAR	<p>Botina Campo com cabedal confeccionado em couro nobuck, forro em material têxtil, palmilha de montagem em material não tecido, fixada pelo sistema strobel, lingueta tipo morcego em material dupla frontura, solado a base de PU (Poliuretano) bidensidade, antiderrapante e resistente a óleo, com bico de PVC. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.</p> <p>Cor: marrom</p> <p>Tamanho: 38- 2 UNIDADES                      39- 2 UNIDADES</p>	408609	120,24	1.202,40

			42- 3 UNIDADES	43- 3 UNIDADES			
12	60	PEÇA	Camisa 100% poliamida manga longa DETALHES: 91% Poliamida / 9% Elastano, Sem encolhimento, Projetada, testada e classificada com FPU50+: a mais alta classificação de proteção solar disponível no mundo, Com logomarca da Embrapa bordada exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1 no bolso traseiro direito. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação  Cor: Azul  Tamanho: P- 15 UNIDADES; M- 20 UNIDADES; G-20 UNIDADES; GG- 5 UNIDADES		470408	56,50	3.390,00
13	60	PEÇA	Camisa dry-fit, manga longa, com filtro UV 50+. Camiseta manga longa com proteção solar fabricada com tecido que apresenta fácil dispersão do suor (tecnologia Fast Dry) e fator Proteção UV 50+ contra as radiações UVA E UVB nas partes cobertas, adequada para exposição ao sol ( Fontes Naturais de emissão UV), com tratamento repelente contra insetos. Composição do tecido 90% poliamida e 10% elastano, gramatura leve, a gola redonda com tira interna que diminui o atrito de contato junto à pele. Deve apresentar garantia contra defeitos de fabricação e laudo de Avaliação da Proteção à Radiação Ultra-Violeta - UPF permanente e tratamento repelente de insetos, apresentando categoria de proteção UV igual a faixa de "excelente proteção", FPU 50+ Com logomarca da Embrapa bordada exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1 no bolso traseiro direito. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação  COR: BEGE  Tamanho: P- 10 UNIDADES; M- 20 UNIDADES; G-20 UNIDADES; GG- 10 UNIDADES		444685	28,80	1728,00
14	60	PEÇA	CAMISA PARA PESCA MANGA LONGA PROTEÇÃO UV - CAMISA SOCIAL CONFECCIONADA EM POLIAMIDA E TECIDO DE TELA COLMEIA INTERIOR, POSSUI 2 BOLSOS FRONTAIS, ABERTURA NAS COSTAS HORIZONTAL PARA VENTILAÇÃO, LAPELA NOS BRAÇOS PARA TONAR A CAMISA MANGA LONGA EM MANGA CURTA, TIRA DE VELCRO ACIMA DO BOLSO PARA PRENDER ÓCULO DE SOL Camisa manga longa para pescaria e atividades outdoor. com proteção solar FPU50+, ventilação nas costas e um tecido super confortável permitindo movimentos livres,  Cor: VERDE MUSGO  Tamanho: P- 15 UNIDADES; M- 20 UNIDADES; G-20 UNIDADES; GG- 5 UNIDADES		470408	95,33	5719,80
15	50	PEÇA	Calça Tática Militar Cargo Em Ripstop Com Elastico: Especificações Confeccionada em tecido RipStop, Costura Dupla; Material Reforçado; Tecido Confortável; Reforço nos joelhos; Porta joelheira interna; Elastico na cintura, para maior mobilidade, Possuindo 08 Bolsos, sendo 02 Traseiros com tampa e fechamento em velcro, 02 Laterais sanfonados com tampa e fechamento em velcro, 02 Frontais, 01 bolso porta canivete, 01 bolso porta celular ou objetos pequenos. Com logomarca da Embrapa bordada exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1 no bolso traseiro direito. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação  Cor: Caqui  tamanho: P- 10 UNIDADES; M-15 UNIDADES; G-15 UNIDADES; GG-10 UNIDADES		460574	90,00	4.500,00
16	45	PEÇA	Chapéu de Pesca com Protetor Solar Nucal E Cinta Fixadora de Pescoço . O Chapéu de pesca. O Chapéu conta com tecido em Algodão, o forro também em Algodão, nas Abas o tecido é duplo para maior firmeza, também conta com fechos em metal, cinta fixadora de mandíbula e pescoço para que seu chapéu não voe, conta com um protetor nucal, ou seja, um tecido na parte de trás que proteje a nuca da exposição solar. contendo a logomarca da Embrapa exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação.  Tamanho: 55 a 58. Cor Caqui		126497	45,68	2.055,60
17	10	PEÇA	Capacete para Montaria em Touro - produto desenvolvido para amenizar os impactos inerentes a montarias como pisadas, chifradas, cabeçadas, etc. Fabricado em plástico injetado com grade em aço de alta resistência, possui regulagens e proteção no queixo. Seu interior é revestido em borracha protetora que proporciona além de segurança um melhor encaixe na cabeça, é encontrado em tamanho único. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação  Cor: Preto		362564	157,00	1570,00
18	30	PEÇA	Chapéu de palha com aba larga e dupla camada, com tecido absorvente de suor em volta da testa, com costuras reforçadas nas suas extremidades e acabamento nas bordas para trabalhos em campo, aba 15 cm, utilizado para proteção contra a luz solar, chuva e salpicos, etc . Apresentar amostra.		126497	28,33	849,90
19	30	PEÇA	Capa de chuva de PVC (policloreto de polivinila) Blusa e calça. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.  Cor: amarela.		374385	25,26	757,80

			tamanho: P- 5 UNIDADES; M-10 UNIDADES; G-10 UNIDADES; GG- 5 UNIDADES			
20	2	PEÇA	<p>Cinturão de segurança abdominal tipo paraquedista/eletricista com talabarte e engate rápido. Confeccionado em fita de poliéster e indicado para utilização em atividades a mais de 2 metros de altura, em que haja risco de queda do trabalhador em trabalho estacionário (posicionamento). Ideal para serviços de telecomunicações, elétricos, construção civil e indústrias.</p> <p>- Especificações técnicas: Possui 02 meia-argolas para posicionamento, na cintura; Possui 01 meia-argola com ponto de conexão dorsal; 03 fivelas de engate rápido, nas pernas e na cintura; 05 fivelas duplas para ajuste nas pernas, cintura e ombro; 04 laços frontais para ancoragem; Ajuste peitoral e porta ferramentas; Almofada de 130mm para proteção lombar; Almofada de 50mm para proteção das pernas; De acordo com normas NBR 15835:2010, NBR 15836:2010.</p>	121193	577,00	1154,00
21	3	PEÇA	<p>Colete Salva Vida Modelo Jaleco Classe III • Indicado para uso em Navegação costeira e Mar aberto, Atende a todos os requisitos Brasileiros e Internacionais, Instrução de utilização em Português e Inglês, Flutuabilidade até 110 Kg, Apito, Costuras reforçadas, Fechos com proteção UV, Tecido com proteção UV, Fitas Retro Refletivas SOLAS, Modelos: Adulto Jaleco e Adulto Canga, Equipado com a menor Luz de Colete do mercado com LED</p> <p>Esse modelo desvira uma pessoa desacordada em até 5 segundos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém a boca do usuário mais de 12 cm para fora d'água.</li> <li>• Fabricado com tecido poliéster grosso,e espuma de polietileno de celula fechada.</li> <li>• Apito: Apito laranja com amarração e bolso.</li> </ul>	399325	125,62	376,86
22	5	PEÇA	<p>Colete Salva-Vidas Classe IV – Desenvolvido para uso em trabalhos verticais realizados próximos à borda de embarcações, cais ou construções que apresentem risco de queda na água. A fita refletiva permite maior visibilidade durante trabalhos noturnos. Homologado pela Marinha do Brasil. DPC Nº 211.018/2013. Uso Colete de trabalho com abertura nas costas para conectar cabo de segurança. Desenvolvido e fabricado de acordo com a NORMAM 05/DPC Fabricado com tecido poliéster grosso,e espuma de polietileno de celula fechada; Apito SOLAS;Com Fita refletiva. Certificado SOLAS; Três fechos acetel 40 mm para ajuste de cintura e peito. Dois fechos acetel 25 mm nas fitas entrepernas; Tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e pernas. Acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade; Informações de classe e cuidados de uso na parte interna do colete. Cor: Laranja Tamanho: G.</p>	301231	125,62	628,10
23	30	PEÇA	<p>Colete multi-bolso (Tipo: fotografo/pescador), Unissex, confeccionado em tecido Jeans (Poliester Algodão), com a logomarca da Embrapa exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1 na parte superior esquerda (PEITO). A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação Cores Caqui/Cinza.</p> <p>Tamanho; Médio - 15 UNIDADES</p> <p>Grande - 15 UNIDADES</p>	231061	60,33	1809,90
24	10	PEÇA	<p>Colete segurança contra impacto mecânico - Painel frontal com 14mm de EVA Soft, que absorve impactos, revestido de fibra de aramida (Kevlar) ajudando a proteger contra impactos fortes. Produzido em Kevlar /9mesmo material usado em coletes a prova de bala), resistente a impactos, Proteções leves e resistente, permitindo total mobilidade e conforto. Abas laterais com 14mm de EVA para proteção das costelas Todas as proteções possuem cavidades e canaletas que permitem fluxo de ar, evitando aquecimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para atender os pilotos que vão desde 1,58 cm até 2,00cm em altura;</li> <li>• Para atender os pilotos com peso entre: 49 kg até 120 kg; cor: Preto Tamanho único.</li> </ul>	398266	1.600,00	16000,00
25	10	PEÇA	<p>Conjunto Agrícola para aplicação de agrotóxicos - EPI - em tecido de algodão hidrorrepelente, composto por: camisa fechada de manga longa com gola tipo marinheiro sendo seu fecho no pescoço em velcro; calça com reforço na parte inferior ao joelho em trevira ou PVC e com ajuste na cintura com barbante (confeccionado no mesmo material da calça ou ainda com barbante trançado de nylon); pala ou protetor facial em acrílico, petg, policarbonato ou material de semelhantes características, transparente (incolor), sendo a sua fixação à cabeça composta por tira macia (do mesmo material da roupa), com ajuste em velcro; Gorro tipo boné árabe, com fechamento frontal da "saia" em velcro, permitindo boa visibilidade, com pala rígida; Avental de trevira de alta resistência ou PVC de comprimento mínimo de 1,20m com fixação superior em velcro ou tira (de ajuste atrás do pescoço) no mesmo material do avental, ajuste na altura da cintura com tira no mesmo material do avental tendo boa resistência mecânica.</p> <p>Tamanho; Médio - 5 UNIDADES</p> <p>Grande - 5 UNIDADES.</p>	318297	60,20	602,00
26	2	PEÇA	<p>Conjunto de proteção para Motosserrista 1. Calça especial para operador de motosserra, confeccionada em tecido 100% poliéster na cor laranja e verde (tecido externo), com proteção interna de no mínimo 08 camadas de tecido de poliéster de alta tenacidade, protegendo os membros inferiores, da cintura até o tornozelo do usuário. 1.a. Possui forro interno em tecido 100%poliamida, elástico e cordão 100% poliéster na cintura para ajuste. Cordão em nylon na barra para melhor fixação e ajuste. 2. Camisa especial para operador de motosserra, confeccionada em tecido 100% poliéster na cor laranja e verde (tecido externo), com proteção interna de no mínimo 02 camadas de tecido de poliéster de alta tenacidade. Possui forro interno em tecido 100%poliamida; 2.a. Gola e punhos fechados por velcro. 2.b. Capacete em polietileno injetado de alta densidade, classe B, cor laranja; 2.b.1. Base com 4 a 6 encaixes para a fixação da suspensão de amortecimento; 2.b.2. suspensão composta por coroa em polietileno de alta densidade e sistema de amortecimento misto, de duplo estágio alta/baixa densidade, com tiras cruzadas de amortecimento em tecido de poliéster ou material de semelhante resistência e conforto com carneira de dupla adsorção de impacto; 2.b.3. com aparador de suor na parte frontal da carneira, de revestimento espuma dublada com poliéster, substituível, macio e lavável, para maior conforto em seu uso; 2.b.4. com jugular plástica ou de lona. 2c. Protetor facial basculante incorporado e regulável, confeccionado em tela metálica ou plástica de alta resistência; 2.c.1. Confeccionado na cor preto fosco com comprimento mínimo de 8 polegadas (+/- 20cm); 2.c.2.</p>	116734	409,82	819,64

			Conjunto de alta resistência, encaixado por sistema de parafusos; 2.d. Protetor auricular tipo concha, basculante e regulável, incorporado. 2.d.1. com haste e parte externa da concha confeccionados em material plástico de alta resistência. 2.d.2. superfície de contato com o ouvido confeccionado por material sintético e macio. 2.d.3. Espuma acústica interna; 2.d.4. protetor com fator de redução de ruído mínimo de 16dB NRRs; 2.e. Luva de segurança para motosserristas, padrão 5 dedos, em vaqueta curtida ao cromo na palma; 2.e.1. dorso em camada dupla de tecido em poliéster; 2.e.2. com proteção interna na palma, polegar e indicador; 2.e.3. luva forma cano curto.  Calça: M Camisa: M Capacete: M Luva: M			
27	10	PEÇA	Creme Protetor para Pele Luva Química Creme protetor para pele hidrossolúvel e óleo-resistente PM 50 que forma uma película protetora contra ataque agressivo de produtos como: graxa, óleo, gasolina, óleo diesel, querosene, tinta a óleo, cola, cera, verniz, cal, negro de fumo, pó e terra, sem que o usuário perca a sensibilidade do tato. Apresentação do produto em frasco de 200 g. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber uma cópia do Certificado de Aprovação – C.A, emitido pelo MTE ( Não é válida impressão de consulta no site do MTE ) Com validade mínima de 24 a partir da data de recebimento.. O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.	407848	12,57	125,70
28	15	PEÇA	Creme de proteção classificado como Hidrossolúvel e Óleo Resistente Grupo 2, homogêneo, uniforme, de cor azul, de odor característico e Ph “in natura” a 20° igual a 7,75. composto por: Aqua, Glycerin, Methylisothiazolinone (and) Methylchloroisothiazolinone, Parfum, Triethanolamine, Stearic acid, Petrolatum, Corn Starch Modified, , Diazolidinyl urea, Propyleneglycol, Laureth-7, Cl 74160 and Mixture (Dimethiconol, Aqua, Tea-dodecylbenzene Sulfonate, Cyclotetrasiloxane, Sodium Benzoate, Methylisothiazolinone (and) Methylchloroisothiazolinone) .PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA RISCOS PROVENIENTES DE PRODUTOS QUÍMICOS: TOLUENO, XILENO, BENZINA, THINNER, ÁGUARRAZ, GASOLINA, ÓLEO MINERAL, ÓLEO DIESEL, QUEROSENE, PÓS EM GERAL, ÁCIDO FOSFÓRICO DILUÍDO A 15%, ÁCIDO CLORÍDRICO DILUÍDO A 15%, ÁCIDO SULFÚRICO DILUÍDO A 15%, ÁCIDO ACÉTICO DILUÍDO A 10% E HIDRÓXIDO DE SÓDIO DILUÍDO A 10%. Apresentação do produto em frasco de 200 g. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item.A EMBRAPA deverá receber uma cópia do Certificado de Aprovação – C.A, emitido pelo MTE ( Não é válida impressão de consulta no site do MTE ) Com validade mínima de 24 a partir da data de recebimento.. O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.	407848	20,00	300,00
29	100	PEÇA	Creme Protetor para Pele – Protetor Solar com Repelente dengue. Com especificação de não oleoso/não comedogênio no rótulo. Material: Creme Proteção UVA/UVB Fator de proteção 60. Capacidade: 120g. Com validade mínima de 24 a partir da data de recebimento.	412781	33,33	3333,00
30	100	PEÇA	Filtro Mecânico classe P-1 Compatível com Respirador peça Semifacial 3M Serie 6000. O Filtro Mecânico P-1 com 10 unidades Alltec é indicado para proteção contra poeiras vegetais, de algodão, bagaço de cana, madeira celulose, carvão vegetal, carvão mineral, calcário, fibra de vidro, ferro e cimento, fumos e nevoas, amianto, sílica, fibras textéis, chumbo, ácido sulfúrico (em baixo concentração ou até o limite de tolerância), fumos de solda, vapores orgânicos, avícolas, frigoríficos, fundições e petroquímicas. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item.A EMBRAPA deverá receber uma cópia do Certificado de Aprovação – C.A, emitido pelo MTE ( Não é válida impressão de consulta no site do MTE )	350568	41,41	4141,00
31	100	PEÇA	Filtro mecânico classe P-2 Compatível com Respirador peça Semifacial 3M Serie 6000 para poeiras, névoas e fumos, para uso simultâneo com cartuchos químicos. Eficiência de filtragem mínima de 95% contra sólidos e aerossóis líquidos que não contêm óleo. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item.A EMBRAPA deverá receber uma cópia do Certificado de Aprovação – C.A, emitido pelo MTE ( Não é válida impressão de consulta no site do MTE ).	377799	41,41	4141,00
32	10	PEÇA	Filtro para respirador reutilizável semifacial Airsan com filtro 420 A1B1P2 (Vapores Orgânicos/Gases Ácidos/Poeiras)	461891	115,33	1153,30
33	55	PEÇA	Jaleco de Laboratório em brim com manga curta cor branco, confeccionada em tecido profissional 100% algodão, tingimento profissional, não inflamável, hidropelente, construção sarja 2/1, peso mínimo 208,0 gramas/m², de alta resistência, , com costura dupla reforçada; fechada por barra (sem botão) com velcro resistente; com gola despontada tipo social; com fechamento frontal composto por Velcro resistente e com costura reforçada, protegidos por prega em tecido tipo feixo eclair; no mínimo 30 cm mais longo que a camisa (até a altura do joelho) em um total de, no mínimo, 95cm do ombro à barra inferior; com tira de 5cm de largura do mesmo tecido, transpassando de lado a lado na parte de trás, na altura da cintura; com 2 bolsos chapados na parte inferior frontal (um de cada lado) e 1 bolso chapado frontal na parte superior esquerda contendo a logomarca da Embrapa exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1).  TAMANHO: PP- 10 UNIDADES ; P- 5 UNIDADES; M - 5 UNIDADES; G-25 UNIDADES; GG - 10 UNIDADES.	455528	45,80	2519,00

34	30	PEÇA	<p>Jaleco de Laboratório em brim com manga longa cor branco, confeccionada em tecido profissional 100% algodão, tingimento profissional, construção sarja 2/1, peso mínimo 208,0 gramas/m<sup>2</sup>, de alta resistência, com costura dupla reforçada; fechada por barra (sem botão) com velcro resistente, com o sistema de fechamento nos punhos por elástico; com gola despontada tipo social; com fechamento frontal composto por Velcro resistente e com costura reforçada, protegidos por prega em tecido tipo feixo eclair; no mínimo 30 cm mais longo que a camisa (até a altura do joelho) em um total de, no mínimo, 95cm do ombro à barra inferior; com tira de 5cm de largura do mesmo tecido, transpassando de lado a lado na parte de trás, na altura da cintura; com 2 bolsos chapados na parte inferior frontal (um de cada lado) e 1 bolso chapado frontal na parte superior esquerda contendo a logomarca da Embrapa exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1).</p> <p>TAMANHO; PP- 5 UNIDADES ; P - 10 UNIDADES; M - 5 UNIDADES; G - 5 UNIDADES; GG- 5 UNIDADES.</p>	356856	63,33	1899,90
35	60	PEÇA	<p>Jaleco de tecido oxford manga longa Cor: branca, longo, com forro, com gola. de alta resistência, com costura dupla reforçada; fechada por barra (sem botão) com velcro resistente, com o sistema de fechamento nos punhos por elástico; com gola despontada tipo social; com fechamento frontal composto por Velcro resistente e com costura reforçada, protegidos por prega em tecido tipo feixo eclair; no mínimo 30 cm mais longo que a camisa (até a altura do joelho) em um total de, no mínimo, 95cm do ombro à barra inferior; com tira de 5cm de largura do mesmo tecido, transpassando de lado a lado na parte de trás, na altura da cintura; com 2 bolsos chapados na parte inferior frontal (um de cada lado) e 1 bolso chapado frontal na parte superior esquerda contendo a logomarca da Embrapa exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1).</p> <p>TAMANHO; PP- 10 UNIDADES ; P - 20 UNIDADES; G-20 UNIDADES; GG - 10 UNIDADES.</p>	356856	40,27	2416,20
36	30	PEÇA	<p>Jaleco de Laboratório em brim com manga longa . Cor: caqui., confeccionada em tecido profissional 100% algodão, tingimento profissional, construção sarja 2/1, peso mínimo 208,0 gramas/m<sup>2</sup>, de alta resistência, com costura dupla reforçada; fechada por barra (sem botão) com velcro resistente, com o sistema de fechamento nos punhos por elástico; com gola despontada tipo social; com fechamento frontal composto por Velcro resistente e com costura reforçada, protegidos por prega em tecido tipo feixo eclair; no mínimo 30 cm mais longo que a camisa (até a altura do joelho) em um total de, no mínimo, 95cm do ombro à barra inferior; com tira de 5cm de largura do mesmo tecido, transpassando de lado a lado na parte de trás, na altura da cintura; com 2 bolsos chapados na parte inferior frontal (um de cada lado) e 1 bolso chapado frontal na parte superior esquerda contendo a logomarca da Embrapa exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1).</p> <p>Tamanho: P - 5 UNIDADES; M - 10 UNIDADES; G- 10 UNIDADES; GG- 5 UNIDADES.</p>	356856	38,00	1140,00
37	20	PEÇA	<p>Jaleco de Laboratório em brim com manga curta Cor: caqui, confeccionada em tecido profissional 100% algodão, tingimento profissional, não inflamável, hidropelente, construção sarja 2/1, peso mínimo 208,0 gramas/m<sup>2</sup>, de alta resistência, , com costura dupla reforçada; fechada por barra (sem botão) com velcro resistente; com gola despontada tipo social; com fechamento frontal composto por Velcro resistente e com costura reforçada, protegidos por prega em tecido tipo feixo eclair; no mínimo 30 cm mais longo que a camisa (até a altura do joelho) em um total de, no mínimo, 95cm do ombro à barra inferior; com tira de 5cm de largura do mesmo tecido, transpassando de lado a lado na parte de trás, na altura da cintura; com 2 bolsos chapados na parte inferior frontal (um de cada lado) e 1 bolso chapado frontal na parte superior esquerda contendo a logomarca da Embrapa exatamente conforme (descrito no Manual de Identidade Visual da Embrapa, Capítulo 9, item 9.1).</p> <p>Tamanho: P - 5 UNIDADES; M - 5 UNIDADES; G- 5 UNIDADES; GG- 5 UNIDADES.</p>	257416	54,67	1093,40
38	15	Par	<p>Luva de malha de aço Luva 5 dedos de malha de aço inoxidável; Para proteção das mãos e dedos do usuário contra riscos de CORTES por facas manuais e objetos cortantes similares; Possui fecho em aço para regulagem do punho; A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.</p> <p>Tamanho: P - 5 UNIDADES; M - 5 UNIDADES; G- 5 UNIDADES.</p>	355693	267,21	4008,15
39	10	PAR	<p>Luva de neoprene 2mm: Confeccionada em neoprene de 2mm e couro sintético; Reforço na palma da mão; Fechamento de velcro no punho. Tamanho; Medio - 5 UNIDADES Grande - 5 UNIDADES</p>	305226	75,71	757,10
40	20	PAR	<p>Luva Pesca Jigging, confeccionadas em Nylon, esta luva possui cortes até o meio dedo e 2 dedos inteiros, ou seja, as pontas dos dedos ficam expostas para facilitar em algumas atividades e os outros dois cobertos, esta luva conta com as palmas antiderrapante.</p> <p>Tamanho; Medio - 10 UNIDADES Grande - 10 UNIDADES.</p>	435198	243,69	4873,80
41	100	caixa com	<p>Luva de LÁTEX natural para procedimentos (semelhante às luvas cirúrgicas) contendo 100 unidades, não esterilizada, lisa, descartável, anatômica, ambidestra, hipoalérgica, levemente pulverizada com pó/talco bioabsorvível, com CA.. A empresa</p>	450458	25,00	2500,00

		100	deverá informar o número do Certificado de Aprovação C.A, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado construção e característica do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, junto de uma cópia do Certificado de Aprovação CA emitido MTE(não é válida impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas condições supracitadas simultaneamente.			
			TAMANHO: PP - 5 UNIDADES P- 10 UNIDADES; M - 20 UNIDADES; G - 10 UNIDADES; GG - 5 UNIDADES.			
42	65	PAR	Luva em latex nitrilica, com forro interno, anatômica, hipoalergênica, levemente pulverizada com pó/talco bioabsorvível, impermeável, com detalhes antidesslizantes em relevo na palma e dedos; resistente a agentes químicos, cortes e abrasão, abamento clorinado, comprimento de 31 cm, espessura . A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI na proposta, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do Certificado de Aprovação - C.A. emitido pelo MTE (Não é válida impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. cor verde.	439742	2,76	179,40
			P- 10 UNIDADES; M - 25 UNIDADES; G - 25 UNIDADES; GG - 5 UNIDADES.			
43	65	caixa	Luva de látex nitrílico fina com espessura de 0,10mm, impermeável, resistente cortes e abrasão e a diversos agentes químicos, contendo 100 unidades, com talco, com comprimento de 24 cm e na cor azul. A empresa deverá informar o número do Certificado de Aprovação C.A, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado construção e característica do produto, sob pena de desclassificação do item.A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do Certificado de Aprovação - C.A. emitido pelo MTE(não é válida impressão de consulta no site do MTE).O produto deverá satisfazer todas condições supracitadas simultaneamente.	440731	24,80	1612,00
			TAMANHO: P- 10 UNIDADES; M - 25 UNIDADES; G - 25 UNIDADES; GG - 5 UNIDADES.			
44	25	PAR	Luva para proteção contra agentes mecânicos tricotada em poliamida (náilon); revestida em poliuretano na palma, dedos e pontas dos dedos, forrada em poliamida; palma antiderrapante; punho tricotado em poliamida; acabamento liso. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. A empresa deverá informa o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente. TAMANHO: M - 10 UNIDADES; G - 10 UNIDADES; GG - 5 UNIDADES.	400196	4,77	119,25
45	50	caixa	Luva de VINIL natural para procedimentos (semelhante às luvas cirúrgicas) contendo 100 unidades, não esterilizada, lisa, descartável, anatômica, ambidestra, hipoalergênica e com talco, com CA. A empresa deverá informar o número do Certificado de Aprovação C.A, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado construção e característica do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, junto de uma cópia do Certificado de Aprovação CA emitido MTE(não é válida impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas condições supracitadas simultaneamente.	443346	23,45	1172,50
			TAMANHO: P- 15 UNIDADES; M - 15 UNIDADES; G - 15 UNIDADES; GG - 5 UNIDADES.			
46	100	PAR	Luva. Tipo: luva de malha, Confeccionada em malha de algodão tricotada em 4 fios com pigmentos de PVC (policloreto de polivinila) na face palmar, acabamento em overloque; Possui elásticos no punho; Modelo unissex. A empresa deverá informar o número do Certificado de Aprovação C.A, marca, modelo e referência do EPI e acessório na proposta, e apresentar catálogo detalhado construção e característica do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, junto de uma cópia do Certificado de Aprovação C.A. emitido MTE(não é válida impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas condições supracitadas simultaneamente.	343268	2,48	248,00
			TAMANHO: M - 50 UNIDADES; G - 50 UNIDADES.			
47	100	PAR	Luva. Tipo: luva de vaqueta, integral, com duplo reforço na palma e dedos e almofada no dorso. Cor: "natural". A empresa deverá informar o número do Certificado de Aprovação C.A, marca, modelo e referência do EPI e acessório na proposta, e apresentar catálogo detalhado construção e característica do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, junto de uma cópia do Certificado de Aprovação C.A. emitido MTE(não é válida impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas condições supracitadas simultaneamente.	430008	17,66	1766,00
			TAMANHO: M - 50 UNIDADES; G - 50 UNIDADES.			
48	12	PEÇA	Macacão de despesca N4 Cor: verde com bota integrada à calça por solda eletrônica. Altura: até próxima das axilas, com suspensórios reguláveis. Fabricado em material especial de PVC/Nylon.	329822	105,70	1268,40
			Tamanho das botas: 38 - 6 PARES G; 41 - 2 PARES G; 42 - 2 PARES G; 44 - 2 PARES G.			

49	40	Peça	Manguito UV Manga Longa Cor de pele FPS 50. Confeccionado em 90% Poliéster e 10% Elastano, com fator de proteção FPS 50, cobertura nas mãos e em todo o braço. Gênero: unissex. TAMANHO: M - 20 UNIDADES; G - 20 UNIDADES	37974	40,82	1632,80
50	20	PEÇA	Óculos de proteção anatômica, Design Moderno, padrão Weld Steel; com armação confeccionada em policarbonato ou plástico de alta resistência mecânica na cor preta; a haste deverá ser confeccionada em policarbonato ou plástico de alta resistência mecânica, com o mínimo 3 tipos de regulagem de extensão em cada lado; com LENTE INCOLOR devendo ser confeccionada em policarbonato de 2,2mm de espessura, resistente a impactos, com revestimento antiembaçante e tratamento anti-riscos, atendendo à ANSI Z- 87/89 . A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.	369230	18,15	363,00
51	20	PEÇA	Óculos de proteção, Anatômico, com lente cor verde confeccionada em policarbonato de 2,2 mm resistentes a impactos, com revestimento anti-embaçante, filtro UV, proteção lateral conjugada a haste e articulação em pinos. Equivalente ao modelo Águia da Danny ou de melhor qualidade. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.	281881	9,90	198,00
52	20	PEÇA	Óculos de proteção anatômico Com LENTE FUMÊ, Design Moderno, padrão Weld Steel; com armação confeccionada em policarbonato ou plástico de alta resistência mecânica na cor preta; a haste (“perna” do óculos ) deverá ser confeccionadas em policarbonato ou plástico de alta resistência mecânica, com o mínimo 3 tipos de regulagem de extensão em cada lado; devendo ser confeccionada em policarbonato de 2,2mm de espessura, resistente a impactos, com revestimento antiembaçante e tratamento anti-riscos, atendendo à ANSI Z- 87/89. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente	382512	25,14	502,80
53	20	PAR	Perneira de tecido trevira, com 5 almas de aço, fechamento traseiro através de velcro. Comprimento: 47. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente	304763	41,61	832,20
54	50	PEÇA	Protetor Auricular de Silicone Pomp Plus 3M ou similar-Protetor auditivo de inserção, tipo plug, reutilizável, confeccionado em silicone, com três flanges macias e cônicas na cor laranja, possui cordão de polipropileno na cor laranja, Tamanho único, Atenuação 18 NRRsf, Para exposição a níveis de ruído acima de 85 dB(A), Vem em um estojo plástico transparente; Tipo com cordão, com nível de proteção 18dB, com dimensões Altura: 1,00 cm, Largura: 1,00 cm, profundidade: 1,00 cm com peso de 10,40 g. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente	337283	2,67	133,50
55	15	PEÇA	Protetor facial com lente incolor de aproximadamente 200mm X 250mm em policarbonato fixada à carneira em polietileno de baixa densidade com acolchoado e fechamento com catraca. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, junto de uma cópia do Certificado de Aprovação – C.A, emitido pelo MTE (Não é válida impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.	456249	35,00	525,00

56	10	PEÇA	Respirador Reutilizável semifacial Airsan com filtro 420 A B P2.	336783	104,98	1049,80
57	10	PEÇA	RETENTOR 3M 501 PARA FILTRO 5N11	382066	8,15	81,50
58	5000	PEÇA	Respirador. Máscara cirúrgica descartável; Atóxica; Antialérgica; Com elástico ;Cor Branca Máscara filtradora descartável. Fixação duplo sistema de tiras elásticas, aplicação filtragem bacteriana 99%, tamanho regular. A empresa deverá informa o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente	319933	1,80	9000,00
59	2500	Peça	Respirador Máscara descartável PFF-2 (poeiras, névoas, fumos e odores de vapores orgânicos) sem manutenção constituído de fibras sintéticas com tratamento eletrostático, deverá possuir ( 2 ) duas bandas elásticas para fixação na cabeça, travadas por clipe metálico e válvula de exalação central tipo cool-flow, com ajuste metálico no septo nasal afim de melhorar a selagem/vedação. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, junto de uma cópia do Certificado de Aprovação – C.A, emitido pelo MTE ( Não é válida impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente	359468	4,42	11.050,00
60	2500	Peça	Respirador Máscara descartável PFF-1 (poeiras e nevoas) sem manutenção constituído de fibras sintéticas com tratamento eletrostático, deverá possuir ( 2 ) duas bandas elásticas para fixação na cabeça, travadas por clipe metálico e válvula de exalação central tipo cool-flow, com ajuste metálico no septo nasal afim de melhorar a selagem/vedação. A empresa deverá informar o número do CA, marca, modelo e referência do EPI na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do Certificado de Aprovação – C.A, emitido pelo MTE ( Não é válida impressão de consulta no site do MTE ). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.	382418	2,32	5.800,00
61	45	PAR	Sapato de segurança modelo unissex na cor branca, confeccionado em vaqueta extra macio soft hidrofugado, resistente a ataque de solventes e corrosivos, formação em drylex, com costuras duplas centralizadas, elásticos frontais encobertos – tipo Mocassim – de alta resistência e trama dupla, palmilha em espuma antibacteriana e antifúngica, solado Bidensidade em Poliuretano [PU] injetado diretamente no cabedal, com biqueira de plástico ( polipropileno ), com perfil antiderrapante e sistemas de absorção de impactos no solado e na planta do pé. A empresa deverá informa o número do CA, marca, modelo e referência do EPI e acessórios na proposta, e apresentar catálogo detalhado da construção e características do produto, sob pena de desclassificação do item. A EMBRAPA deverá receber, previamente, uma amostra do referido EPI para possível aprovação, juntamente com uma cópia do certificado de aprovação – C.A emitido pelo MTE ( não é válido impressão de consulta no site do MTE). O produto deverá satisfazer todas as condições supracitadas simultaneamente.  TAMANHO: 33- 5 UNIDADES 34- 5 UNIDADES 35- 5 UNIDADES 36- 5 UNIDADES 37- 5 UNIDADES 38- 5 UNIDADES 39- 5 UNIDADES 40- 5 UNIDADES 41- 5 UNIDADES	410218	76,78	3455,10
62	2	Peça	Talabarte em corda com regulador de distância inoxidável é confeccionado em corda de poliamidada de 14mm e é indicado para posicionamento em conjunto para atividades com o cinturão. Características: Confeccionado em corda de poliamida trançada de 14mm; Revestido com mangueira contra atrito; 01 regulador de distância inox; 01 conector dupla trava e conector oval com fechamento de rosca; De acordo com normas NBR 15835:2010 e NBR 15837:2010	430334	286,57	573,14

63	5	Pares	Sapato motosserrista Confeccionado 100% em couro, o Coturno Motosserrista conta com fechamento em cadarço, biqueira de aço, forração em tecido respirável, palmilha de montagem em poliéster resinado e protetor externo de metatarso. O Coturno Motosserrista possui gáspea, lingueta e cano revestidos internamente por fibras de nylon, que permitem o máximo de segurança. Em contato com os dentes da motosserra, a mesma aciona o sistema de emergência de freios da máquina, travando-a e solado bicomponente de Poliuretano e Borracha resistente a 300°C por 1 minuto, com sistema de absorção de impacto, injetado diretamente ao cabedal.	222276	269,90	1349,50
<b>TOTAL:</b>						<b>139.590,94</b>

5.1. Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SIASG", citados pelo "Comprasnet" podem eventualmente divergir da descrição dos itens licitados quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao código/descrição CATMAT, prevalecerão as especificações detalhadas neste Edital.

## 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Somente poderá participar da licitação a licitante que atender às condições deste Termo de Referência e apresentar os documentos nele exigidos.

6.2 Não poderá participar desta licitação a licitante:

- a) que estiver cumprindo suspensão temporária do direito de participar de licitação ou estiver impedida de contratar com a Embrapa;
- b) cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em concurso de credores, em processo de liquidação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação;
- c) que tenha sido considerada inidônea por órgão, entidade ou sociedade integrante da Administração Pública, direta e indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

6. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma Proposta.

6.4. A participação na presente licitação implica, tacitamente, para a licitante: a confirmação de que recebeu os documentos e informações necessários ao cumprimento desta licitação; a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

## 7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. No julgamento das propostas será considerada vencedora a licitante que apresentar o **menor preço por item**.

7.2. A licitante deverá indicar em sua proposta, inclusive na lançada no COMPRASNET, detalhadamente todas as características técnicas dos produtos, a marca, código de referência e nacionalidade e declarar que atende a todas as especificações técnicas mínimas de quantidade e qualidade constantes deste Edital e seus anexos.

7.3. A proposta deverá consignar catálogo(s), prospectos, folheto(s) ou manual(is) com especificações técnicas em português dos produtos ofertados, informando, inclusive, marca e/ou fabricante, detalhando de forma clara, evitando-se jargões de uso duvidoso ou ainda não consagrados. Tais especificações devem possibilitar a melhor avaliação dos materiais, observadas as especificações constantes deste termo de Referência.

## 8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. O(s) produto(s) deverão ser entregues na sede da Embrapa Pesca e Aquicultura, localizada no prolongamento da Av. NS 10 cruzamento com LO 18, sentido norte, Loteamento Água Fria. Parte da Fazenda Caracol. CEP: 77008-900, Palmas/TO, no Setor de Gestão de Patrimônio e Suprimentos/Almoxarifado.

8.2. A entrega dos itens deverá ser realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30h às 11:00 horas e das 14:00h às 17:00 horas. **Não serão recebidas as entregas fora do horário especificado, não sendo a Embrapa Pesca e Aquicultura responsável por qualquer tipo de indenização ou prejuízos.**

## 9. DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

9.1. Será emitida Ordem de Compra e Serviço (OCS) na qual constarão os dados da contratada, os itens a serem fornecidos e o local de entrega.

9.2. A entrega do(s) produto(s) será processada através da Nota Fiscal, mediante atesto de recebimento no documento fiscal por empregado designado pela Embrapa Pesca e Aquicultura para conferir e receber o(s) produto(s).

9.3. O recebimento do(s) produto(s) pela Embrapa não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios detectados no(s) produto(s), ainda que verificados posteriormente.

9.4. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, desde que haja justificativa aceitável por parte da Contratada.

9.5. O prazo de entrega do(s) produto(s) será de 20 (vinte) dias, após a solicitação formal da Embrapa Pesca e Aquicultura, prazo este que não poderá ser prorrogados, salvo, ocorrência de calamidade pública, perturbação da ordem pública, greves ou por outro motivo que a Embrapa venha a aceitar por considerá-lo justo, ficando esse prazo prorrogado, para todos os efeitos contratuais, de tantos dias quantos forem os da duração do obstáculo impeditivo.

## 10. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

10.1. O recebimento dos materiais objeto da licitação estará condicionado à conferência quantitativa pelo solicitante, que assinará a nota fiscal indicando o recebimento e identificando o respectivo setor, obrigando-se o licitante vencedor a substituir eventuais itens danificados que forem recebidos.

10.2. O aceite do material será efetuado nos seguintes termos:

- a. Provisoriamente, para efeito de verificação posterior de conformidade do bem com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- b. Definitivamente, após a verificação de qualidade do bem e consequente aceitação pelo solicitante, juntamente com o atesto da nota fiscal.

10.3. O fornecedor deverá comunicar, por escrito, no prazo máximo de 24 horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega do bem, informando os motivos que impossibilitem o cumprimento do previsto no subitem 9.5.

10.4. O fornecedor deverá remover, às suas expensas, todo o bem que estiver em desacordo com as especificações básicas e/ou aquele que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O licitante vencedor deverá apresentar à Administração Nota Fiscal discriminada para liquidação e pagamento da despesa pela Instituição, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento definitivo do(s) serviços(s), mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente.

11.2. Caso o produto/serviço seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

11.3. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

11.4. O pagamento será realizado por meio de Ordem de Pagamento Bancária, em conta e agência bancária a serem especificadas pela CONTRATADA na nota fiscal.

11.5. A suspensão do pagamento não autoriza a paralisação da obrigação da contratada de entrega do produto, estando a mesma sujeita às penalidades cabíveis por inadimplemento, bem como a responder pelos danos e prejuízos decorrentes, se assim proceder.

11.6. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

11.7. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

11.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.9. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

11.10. Qualquer erro no documento fiscal competente, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, será motivo de correção pela Contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento até que seja definitivamente regularizada a situação, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Embrapa Pesca e Aquicultura.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Transmitir, por escrito, diretamente à CONTRATADA, todas as instruções, reclamações e solicitações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da CONTRATADA que efetua a entrega, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível.

12.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da Embrapa para executarem a entrega do(s) produto(s), nos horários pactuados no item 5.2 deste instrumento;

12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo, quando for o caso.

12.4. Devolver os cilindros que estavam cedidos pela CONTRATADA, mesmo que o esvaziamento dos mesmos ocorra a após o término da vigência de fornecimento prevista neste instrumento;

12.5. Supervisionar a execução da entrega, conferindo as quantidades fornecidas e assinando os recibos.

12.6. Poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato.

12.7. Providenciar a emissão da Nota de Empenho nos termos estabelecidos neste termo ou no edital e anexos, encaminhando-o à empresa contratada.

12.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.

13.2. Entregar os produto(s) de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso, entregando-o(s) no endereço indicado no item 5.1 deste Termo de Referência, fazendo-se acompanhar por empregado designado pela Embrapa para recebimento e conferência das quantidades fornecidas.

13.3. Atender, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação formal da Embrapa Pesca e Aquicultura, bem como, excepcionalmente, mediante solicitação da Embrapa, fazer entrega extra de produto(s), em prazo previamente determinado.

13.4. Realizar o transporte e a descarga dos cilindros, em estrita obediência às normas de segurança vigentes.

13.5. Zelar para que seus empregados utilizados na entrega do(s) produto(s) estejam devidamente credenciados e treinados, portando cartão de identificação.

13.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, inclusive os que resultarem, direta ou indiretamente, de atos ou omissões de seus empregados ou prepostos, a qualquer título, às instalações, ao patrimônio e ao pessoal da Embrapa Pesca e Aquicultura, procedendo, imediatamente, o respectivo reembolso.

13.7. Arcar com as despesas decorrentes de exame laboratorial do produto fornecido se detectada alteração nas características, caso a Embrapa Pesca e Aquicultura julgue necessário;

13.8. Prestar, sempre que consultada, todos os esclarecimentos técnicos solicitados pela Embrapa Pesca e Aquicultura relacionados com este contrato, atendendo pronta e imediatamente às reclamações que porventura lhes forem apresentadas.

13.9. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

13.11. Cumprir todas as especificações contidas no Termo de Referência.

## 14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação, o adjudicatário quando convocado para assinar a Ordem de Compra/Serviço (OCS), terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fazê-lo.

14.2. Para a emissão da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato. Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida, ou quando injustificadamente recusar-se a assinar a OCS, prazo e condições estabelecidas no ato

convocatório da licitação, a Embrapa Pesca e Aquicultura poderá convocar outro licitante, segundo a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

## 15. CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa - RLCE, item 10.2.1.1, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2. O recebimento de material poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

15.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

15.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 16. SANÇÕES

16.1. As penalidades decorrentes da inadimplência na execução da obrigação assumida, após o recebimento do Contrato, serão processadas e aplicadas nas hipóteses de:

- a) retardamento da execução do objeto;
- b) falha na execução do objeto;
- c) fraude na execução do objeto.

16.2. Caracterizado o comportamento inadequado na condução do objeto, conforme subitem anterior, motivando a inexecução total ou parcial do contrato, a Embrapa (ou o Órgão Participante, se for o caso) poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Embrapa (ou o Órgão Participante, se for o caso):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa (ou com o Órgão Participante, se for o caso), por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.3 A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Embrapa (ou o Órgão Participante, se for o caso), mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa.

16.3.1. A penalidade de MULTA será aplicada conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo, bem como das demais penalidades previstas em Lei:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	(0,5% do valor total do contrato)
2	(1% do valor total do contrato)
3	(1,5% do valor total do contrato)
4	(2% do valor total do contrato)
5	(5% do valor total do contrato)
6	(20% do valor total do contrato)

**Tabela 2**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar o objeto do contrato com atraso em relação ao prazo estipulado.	1	Por dia
2	Executar o objeto do contrato incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa ou substituição indevida de material.	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto contratual.	3	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar objeto contratual determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado.	6	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência

7	Permitir situação que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela CONTRATANTE.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência

16.3.2. A penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA consiste no impedimento de licitar e contratar com a Embrapa (ou com o Órgão Participante, se for o caso), por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total registrado em ata e demais cominações legais, e caracteriza-se nos casos de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

16.3.2.1. Será considerada inexecução parcial ou total se a CONTRATADA restar enquadrada em pelo menos 1 (uma) das situações abaixo:

**Tabela 3**

Grau	Quantidade de infrações	
	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	20 ou mais	40 ou mais
2	10 ou mais	20 ou mais
3	07 ou mais	14 ou mais
4	05 ou mais	10 ou mais
5	02 ou mais	04 ou mais
6	-	01 ou mais

16.3.2.2. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

16.4. O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total registrado em ata, o que ensejará a sua rescisão.

16.5. As multas deverão ser recolhidas na conta única UG e Gestão da Embrapa (ou do Órgão Participante, se for o caso), através de GRU, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo a Embrapa (ou o Órgão Participante, se for o caso) descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado à contratada e/ou da garantia prestada (quando for o caso) ou, ainda, cobrar judicialmente.

16.5.1. Se o valor a ser descontado pela Embrapa (ou pelo Órgão Participante, se for o caso) for insuficiente, ficará a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

16.6. A sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa (ou com o Órgão Participante, se for o caso) em virtude de atos ilícitos praticados;
- convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- não mantiver a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

16.7. A Embrapa (ou o Órgão Participante, se for o caso) deverá informar os dados relativos às sanções por ela (ou pelo Órgão Participante, se for o caso) aplicadas aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846/2013.

16.8. As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

## 17. REGISTRO DE PREÇOS E VALIDADE DA ATA

17.1. A Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

17.1.1. Além de serem registrados na Ata de Registro de Preços os preços e quantitativos do licitante classificado durante a fase competitiva, será nela incluída o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais, no intuito de formar-se um **cadastro de reserva** no caso de impossibilidade de atendimento de suas obrigações pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

17.2. O prazo de validade da Ata será de 12 (doze) meses.

## 18. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

18.1. Conforme prevê o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (037.011.003.001), este Termo de Referência ADMITE a possibilidade de utilização da ata de registro de preços por qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços regida pela Lei nº 13.303/2016, observadas as condições estabelecidas em decreto do Poder Executivo na época da solicitação e durante a validade da Ata.

18.2. Este Termo de Referência ADMITE a possibilidade de utilização da ata de registro de preços por outras Unidades da Embrapa quando houver a demonstração da adequação econômica desta medida, desde que sejam obedecidos os critérios definidos em ato normativo interno e que a adesão seja devidamente fundamentada.

18.3. Só serão autorizadas adesões nos limites e moldes regulamentados pelo Capítulo IX, do Decreto nº 7.892, de 24/01/2013.

18.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere esta Seção não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme Art. 22, § 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

18.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para a Embrapa e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme o Art. 22, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 24/01/2013.

18.6. Após a autorização pelo Órgão Gerenciador, o órgão não participante terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para efetivação da contratação, observada a validade da Ata, em atendimento ao Art. 22, § 6º, do Decreto nº 7.892/2013.

## 19. DEMAIS INFORMAÇÕES

19.1. Os contratos advindos a partir deste Termo somente poderão ser alterados por acordo escrito entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

19.2. A ausência de formalização contratual não exonera a Embrapa do dever de indenizar a contratada pelo que esta houver executado, apurando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

19.3. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto contratado, observadas as mesmas condições contratuais e havendo acordo escrito entre as partes, os contratos poderão ser alterados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

19.3.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

19.4. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

19.4.1. Em havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a Embrapa deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.5. Caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da comunicação do ato, nos casos de:

a) aplicação das penas de multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa;

b) rescisão do contrato.

19.5.1. Os recursos referidos no subitem 17.5 não têm efeito suspensivo, porém a autoridade competente tem poder para, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

19.5.2. A comunicação do ato para fins de contagem do prazo recursal será feita, preferencialmente, na forma eletrônica.

19.6. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por este Regulamento, as normas de direito penal contidas nos artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666/1993.

19.7. A aplicação das normas de direito penal mencionadas no subitem 17.6 não afasta a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

19.8. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas neste Termo ou na legislação incidente, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

19.9. Os contratos, ou instrumentos equivalentes, firmados pela Embrapa regulam-se pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (037.011.003.001), pelos preceitos do direito privado, pela Lei nº 13.243/2016 e pela Lei 13.303/2016, e vinculam-se, para todos os efeitos, à proposta da Contratada.

19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

19.11. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da unidade da Embrapa responsável pela contratação.

19.12. Para dirimir questões relativas ao contrato a ser celebrado a partir deste Termo, fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, Seção Judiciária de Palmas/TO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 20. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

**Guilherme Machado Tavares**

Setor de Gestão de Pessoas

## 21. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, aprovo este Termo de Referência.

**Rogério Almirão Sobreira**

Chefe Adjunto de Administração

## 22. LOCAL E DATA

Palmas 21 de agosto de 2020.



## ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

N.º .....

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**, por intermédio de sua Unidade \_\_\_\_\_, com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200....., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../200....., publicada no ..... de ...../...../200....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Pregão nº ...../20....., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do Termo Referência	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )				
X	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. ( ) Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**OU**

4.2. ( ) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao .....(máximo dobro)..... do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

**5. VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada, nos termos do art. 12 do Decreto nº 7.892/13.

**6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata, nos termos do art. 9º, XI do Decreto n. 7.892, de 2013 e art. 2º, §4º da IN SLTI/IMPOG n. 05, de 2014.

- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.4.1. Quando existirem outros fornecedores classificados registrados na ata a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

## 7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.
- 8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- 8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances
- 8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

## ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

.....de..... de \_\_\_\_.

.....

Assinatura do representante legal da Empresa

## ANEXO V – Contrato/Ordem de Compras e Serviços

### MODELO DE ORDEM DE COMPRA E SERVIÇOS – OCS

<b>ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO - OCS – SRP N° _____/2019</b> <b>Sistema de Registro de Preços</b>					
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO</b>					
Nr. da OCS: _____/2019 _____/_____/2019		Natureza: Material		Data de Emissão:	
Nr. do Processo: 21194.000397/2019-06		Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP		Nr.: 05/2019	
Amparo Legal: Lei 10.520/2002 e Item 9.1.1, alínea "a" do RLCE					
<b>2 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATADO</b>					
Fornecedor: _____					
CNPJ: _____ / Inscrição Estadual: _____					
Endereço: _____					
Cidade: _____ CEP: _____					
Telefone: _____					
Contato: _____ E-mail: _____					
<b>3 - OBJETO</b>					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	P. Unit.	P. Total
<b>VALOR TOTAL DESTA OCS</b>					
Valor Por Extenso: _____					
<b>Informações Financeiras</b>					
#	Classificação Contábil	Descrição	Valor		
<b>4 - CONDIÇÕES GERAIS</b>					
<b>4.1. Dados para o faturamento:</b>					
Razão Social: Embrapa Pesca e Aquicultura - CNPASA					
Endereço: Prolongamento da Avenida NS 10, cruzamento com Avenida LO 18, sentido Norte, Loteamento Água Fria					
CEP: 77.008-900, Brasil, Palmas - TO					
CNPJ: 00.348.003/0019-40					
Inscrição Estadual: 29.419.695-1					
Inscrição Municipal: 230.235					
<b>4.2. Local de Entrega: Endereço: Prolongamento da Avenida NS 10, cruzamento com a Avenida LO 18, sentido Norte, loteamento Água Fria, Palmas (TO). Caixa Postal N° 90, CEP: 77.008-900. Almoxarifado (Setor de Patrimônio e Suprimentos - SPS) da Embrapa CNPASA. Horário de entrega: de 08:30h as 11:30h e de 14h as 17h. Telefones: (63)3229-7828 / 7829 / 7800.</b>					
<b>4.3. Prazo de Entrega: 30 dias após a assinatura da OCS.</b>					

4.4. Pagamento: O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta bancária da Contratada mediante Nota de Empenho, em até 30 dias após a efetiva entrega dos serviços, comprovados mediante o correspondente atestado no documento fiscal (Nota Fiscal, Recibo, etc). Além disso, o fornecedor deve, no ato do pagamento, está regular com as certidões do INSS, RECEITA FEDERAL, TRABALHISTA, FGTS e CADIN, SEM AS QUAIS O PAGAMENTO SERÁ INVIABILIZADO.

4.5. Garantia: Conforme Edital e Termo de Referência

5 - ANOTAÇÕES OBRIGATÓRIAS QUE DEVERÃO CONSTAR NA NOTA FISCAL / FATURA:

5.1 Número da OCS, Número do empenho, Número da Conta Corrente, nome e código da agência e do banco do contratado.

5.2 Tributação

5.2.1. Se houver a opção pelo SIMPLES Federal ou isenção de retenção em conformidade com o Art. 12 da Lei 9.532/97, deverá ser apresentada, juntamente com o Documento Fiscal, declaração em duas vias originais de acordo com o Art. 4º da Instrução Normativa nº RFB 1.234/2012, anexos II, III e IV, na qual deverá constar o CPF, NOME e ASSITATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

5.2.2. De acordo com a Lei 1.355, de 30.12.96, regulamentada pela Portaria SEFP Nº 37 de 30 de janeiro de 1998, a Embrapa reterá ISS – Imposto Sobre Serviço, conforme o caso, a cada prestação de serviço, realizada e paga no Tocantins.

5.2.3. O Fornecedor deverá fazer constar em sua Nota Fiscal/Fatura de Serviços, a seguinte observação "ISS retido pelo tomador=SIM, quando o serviço for prestado em Palmas-TO ,além de destacar a alíquota e o valor do ISS na Nota Fiscal.

5.2.4. Para os prestadores de serviço sediados fora do município de Palmas, é necessária a emissão do RANFS - Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - a cada serviço prestado em conformidade com os Arts. 33 a 37 do Decreto nº 797, de 01 de julho de 2014, da Prefeitura Municipal de Palmas.

5.3 Retenções: (IMPORTANTE)

5.3.1 .Sobre os valores de bens e/ou serviços constantes do Anexo I da Instrução Normativa SRF Nº 306, de 12/03/03 a Embrapa CNPASA reterá, na fonte o percentual correspondente ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP. O percentual aplicado referente aos tributos deverá ser destacado no documento fiscal, pelo seu emitente ou anexar a Nota Fiscal ,a declaração original de isenção com o termo "simples nacional" constante da Instrução Normativa 1234/2012, anexo VI da Receita Federal do Brasil - RFB.A falta da declaração do Simples implicará na retenção do imposto de renda e das contribuições federais.

5.3.2. INSS: O Fornecedor deverá fazer constar em sua Nota Fiscal/Fatura de Serviços, a seguinte observação "Retenção para Previdência Social" e destacar, também, o valor do INSS

6 - MULTA

6.1 Multa de 0,33 ao dia de atraso sobre o valor total da OCS, ou parte não cumprida, limitado a 10% (dez por cento). O descumprimento total ou parcial da obrigação assumida pelo fornecedor, poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

7 - ENCARGOS:

7.1 Impostos, taxas, fretes demais encargos estão inclusos no valor total desta OCS.

8 - OUTRAS CONDIÇÕES

8.1 Observações: A Nota Fiscal Eletrônica em arquivo XML deverá ser encaminhada ao email: nfe.cnpasa@embrapa.br

8.2 A Autorização do processo de liquidação e pagamento estará vinculado ao recebimento no Sistema da respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

Responsável pela Emissão	Autorizado Por
Nome:	Nome da Autoridade Competente:
Matrícula:	Cargo:
	Matrícula:

Recebemos a 1ª via desta OCS em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, manifestando-nos de acordo com as condições nela constantes.

(assinatura com carimbo)

